

Política
Política
Política

Saúde das mulheres quilombolas: dificuldades e alternativas

Givânia Maria da Silva*

As comunidades quilombolas formaram a base de resistência do povo negro no Brasil. No entanto, o silêncio imposto a elas impediu que esses potenciais e patrimônios fossem registrados e inseridos na história brasileira com o devido reconhecimento. As comunidades quilombolas são um patrimônio adormecido, tornando-se incapaz de mensurar seu grau de relevância para a sociedade brasileira.

Os censos realizados no Brasil, até hoje, não deram conta de incluir as comunidades quilombolas como elemento fundamental para uma base de dados concreta da população brasileira, o que ocasiona a invisibilidade dessas comunidades em todo o País.

Dados não oficiais produzidos pelos movimentos sociais e, principalmente, pelo movimento negro, revelam que há comunidades quilombolas em todos os estados, totalizando aproximadamente 4.000 grupos. Mas, o Estado brasileiro apenas reconheceu, até hoje, cerca de 1.000 quilombos, sendo que só o Maranhão conta, atualmente, com mais de 600 comunidades quilombolas, segundo mapeamento de organizações negras.

A realidade das comunidades quilombolas, em relação à distribuição da população, não é diferente do restante do País: há, sim, maior presença de mulheres. Isso não significa que a correlação de força seja diferente das demais comunidades. As mulheres continuam em desvantagens quando se trata dos espaços de decisões, o que não significa que não exerçam liderança. Ao contrário, são elas que

detêm maior tarefa nas comunidades, sem que isso seja perceptível. Um dos traços importantes no perfil de lideranças quilombolas é que mulheres jovens também têm se destacado.

Essa realidade não constitui fato isolado, mas faz parte das características das comunidades quilombolas, onde o saber tem um valor singular e é partilhado.

Ao chegar a uma comunidade quilombola, logo se identifica um

As mulheres continuam em desvantagens quando se trata dos espaços de decisões, o que não significa que não exerçam liderança

forte laço de parentesco entre as pessoas, e isso faz o seu diferencial. As lutas e os espaços de poder ainda consideram esses valores. Talvez uma das razões da grande resistência dos quilombos esteja no fato de que o comum e o coletivo são sagrados e, por isso, não há tanta disputa interna entre os membros da comunidade. As formas de divergir ainda consideram esse princípio.

As comunidades quilombolas viveram, por muito tempo, fora das linhas de prioridades das políticas públicas. Ou as políticas públicas pouco chegavam ou não chegavam, pois essas comunidades não eram vistas pelos governantes como fundamentais para o processo de desenvolvimento do País.

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos remanescentes das comunidades dos quilombos que

estejam ocupando suas terras o direito de propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos. A partir da década de 1990, o movimento quilombola se ampliou dando visibilidade a esses grupos. Até 1990, só Maranhão, Pará e Bahia desenvolveram discussões sistemáticas sobre o tema.

Em 1995 aconteceu em Brasília o I Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas, seqüenciado pelo II, em Salvador (2000), e o III em Recife (2003). O IV Encontro será realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2006. Esses encontros constituíram momentos marcantes para que as comunidades pudessem apresentar suas demandas e estabelecer como prioridade a garantia de posse e a permanência em seus territórios. Tal fato necessariamente, gerou uma nova visão sobre o papel dos governos e realizar ações que possibilitassem a garantia dos direitos das comunidades quilombolas.

Saúde para e com as quilombolas

A invisibilidade das comunidades quilombolas resultou na perda de muitos costumes e valores que foram de grande importância para a resistência desses grupos e para a formação do povo brasileiro.

Nesse contexto encontram-se as mulheres. São elas que, na maioria absoluta das vezes, enfrentam maiores desafios. As mulheres constroem com os homens as famílias; ocupam parcela significativa delas, e exercem o papel de chefes das próprias famílias e lutam em defesa da

manência em seus territórios e mantêm a organização da comunidade por meio dos costumes.

Nas comunidades, as mulheres servem de guardiãs de saberes tradicionais (remédios caseiros, rezas, entre outros) e começaram a ver esse patrimônio ameaçado, pois à medida que as comunidades vão sofrendo desajustes, esses costumes vão se desfazendo sem que o atendimento público de saúde possa responder às lacunas que, muitas vezes, eram supridas pelos saberes tradicionais. Nessa ruptura, não se vivenciam mais os costumes anteriores para que políticas públicas possam dar respostas, o que nem sempre vem ocorrendo.

Além disso, a distância de uma comunidade para outra, a falta de comunicação, o difícil acesso e o isolamento, em alguns casos, a falta de uma definição clara sobre os territórios quilombolas, a ausência de uma política pública de saúde para as mulheres negras, principalmente as quilombolas, tudo isso faz com que muitos de seus direitos sejam negados. À maioria das comunidades quilombolas do Brasil não chega qualquer tipo de assistência, nem qualquer recorte que atenda às demandas das negras rurais quilombolas, o que necessita urgentemente ser alterado.

As mulheres quilombolas também apresentam dificuldades em alguns mecanismos que dependem de leitura, pois ainda há um alto índice de analfabetismo. Favorecer o caminho para as mulheres quilombolas no campo da saúde não significa apenas oferecer alguns serviços, mas sobretudo melhorar a educação, garantir a permanência em seus territórios, pensar em desenvolvimento sustentável e inclusivo que garanta a presença das mulheres nas decisões políticas.

É preciso que haja a incorporação das quilombolas como eixo estruturador para a elaboração das políticas públicas de saúde nos esta-

dos, municípios e União. Essa ação deve ser planejada a partir de um diagnóstico capaz de levantar as informações necessárias e que possa incluir nesse contexto os saberes acumulados pelas mulheres ao longo da história. Sem isso, mesmo que se esteja garantindo a presença das quilombolas no atendimento à saúde, seus anseios não serão realmente atingidos.

Saúde sexual e reprodutiva

Os relacionamentos quilombolas apresentam uma característica particular, a do parentesco: ocorrem muitos casamentos entre pessoas com laços familiares, contrariando inclusive a ciência quanto aos resultados da proximidade genética dos pais *versus* a deficiência nas gerações futuras. Ou seja, é comum que integrantes das comunidades se casem com parentes muito próximos, e tal fato não tem resultado na presença de filhos portadores de deficiências. Entretanto, esse grau de parentesco não diminui o poder machista dos homens sobre as mulheres.

Mesmo assim há movimento das mulheres quilombolas contrariando esse "sistema", apesar de as dificul-

O casamento é uma instituição muito sagrada. A separação, mesmo que por motivo justo, ainda é muito questionada

dades serem maiores do que as que as mulheres urbanas enfrentam. Nas comunidades quilombolas as relações familiares são mais fortes. O casamento é uma instituição muito sagrada. A separação, mesmo que por motivo justo, ainda é muito questionada. O sentimento de pertencimento por meio do casamento ainda é forte, e esse costume, que olhado de fora reforça o machismo, constitui importante valor cultural.

No que diz respeito à saúde

reprodutiva das quilombolas, a política mais presente tem sido a que apresenta uma visão distorcida do que venha a ser preservação da saúde, com uma forte tendência para a tradicional "ligação de trompas" como mecanismo de controle da natalidade. As campanhas se apresentam descoladas da realidade das comunidades, o que, sem dúvida, dificulta a aceitação de seus conteúdos. É preciso criar meios de inclusão dos saberes tradicionais como base para incorporação dos serviços que a saúde pública oferece.

Além disso, urge pensar especificamente na juventude quilombola, pois ocorre um índice alto de gravidez nas adolescentes e jovens. São necessárias campanhas, aliadas com outros meios, que possam oferecer às/aos jovens oportunidades de refletir sobre o tema. É que isso vá para além da gravidez e envolva os outros riscos (doenças) oferecidos pela sociedade chamada "moderna".

As campanhas de prevenção só mostrarão resultados se forem coladas a programas de desenvolvimento socioeconômico que respeitem todas as formas diferentes de ser, de se organizar e de produzir de cada grupo étnico. A prevenção não deve servir apenas para evitar a gravidez indesejada ou a contaminação por doenças, mas deve garantir o direito das pessoas de manterem suas relações sexuais e de permanecerem em suas localidades.

Givumia

* Educadora. Integrante da Comunidade de Conceição das Crioulas, Salgueiro-PE. Membro da CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Vereadora pelo PT em Salgueiro-PE.
E-mail: givaconceicao@yahoo.com.br